

INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

PSYCHOSOCIAL INTERVENTIONS WITH TEENS IN SITUATION OF SOCIAL EXCLUSION

Fernando César Paulino-Pereira*

Doutor em Psicologia Social - PUCSP | Brasil
E-mail: epifania.cps@gmail.com

Tais Araújo de Paula**

Psicóloga - UFG | Brasil
E-mail: tais_iceb@yahoo.com.br

Heitor Abadio Vicente***

Graduando em Psicologia - UFG | Brasil
E-mail: heitor.abadio@hotmail.com

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapécó | ISSN 1984-1586

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: PAULINO-PEREIRA, F. C. PAULA, T. A. VICENTE, H. A. Intervenções psicossociais com crianças e adolescentes em situação de exclusão social. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v.15, n.31, p. 107-127, jul./dez. 2013.

RESUMO: Este artigo levanta uma discussão sobre a atuação do psicólogo social em instituições que recebem crianças e adolescentes em situação de exclusão social na cidade de Catalão, Goiás. As intervenções foram realizadas durante o ano de 2012 na ONG Educare e no Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz (CCPA). Na ONG, a intervenção teve como foco conhecer o cotidiano das crianças assistidas e promover ações educativas que pudessem, de alguma forma, intervir na realidade delas. As intervenções feitas no CCPA tiveram como foco a Orientação Vocacional Profissional, para isso foi criado um grupo com os jovens que estão se preparando para o mercado de trabalho. As técnicas usadas nas intervenções foram brincadeiras de roda, atividades lúdicas, recursos audiovisuais, produções de textos e rodas de conversa – tudo numa perspectiva de intervenção Sócio-Histórica em Processos Grupais. Todos os dados foram recolhidos e escritos em Diário de Campo e todas as ações foram analisadas a partir da Psicologia Social, com base na produção de Lane (2004) e Reboredo (1995), que entendem o grupo como processo e identificam o movimento do grupo através das Categorias Sartreanas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social. Instituições Públicas. Intervenções Psicossociais. Grupo.

ABSTRACT: This article brings a discussion of the psychologist in social institutions that receive children and adolescents in situations of social exclusion in the city of Catalão-Goiás. The interventions were performed during the year 2012 in the NGO Educare and Social Center of Little Apprentice (CCPA). In NGOs, the intervention focused on knowing the daily lives of children assisted and promote educational activities that could somehow intervene in their reality. The interventions made at the CCPA had focused on Vocational Guidance Training for a group that was created with young people who are preparing for the job market. The techniques used in interventions were jokes, play activities, audiovisual productions, texts and conversation - all from the perspective of intervention in Socio-Historical Group Processes. All data were collected and written in Field Diary and all actions were analyzed from Social Psychology, based on the production of Lane (2004) and Reboredo (1995), who understand the group as a process and identify the movement of the group through the Sartre Categories.

KEYWORDS: Critical Social Psychology. Public Institutions. Psychosocial Interventions. Group.

* Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é presidente da Associação dos Docentes do Campus Catalão e docente da Universidade Federal de Goiás. E-mail: epifania.cps@gmail.com

** Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é Bolsista no Projeto de Extensão Centro de Línguas da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. E-mail: tais_iceb@yahoo.com.br

*** Graduando no curso de Psicologia na Universidade Federal de Goiás. Aluno-pesquisador na área de Psicologia Social e violência doméstica, e atualmente é bolsista Prolicen vinculado a Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: heitor.abadio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

São inúmeras as áreas de atuação do psicólogo e este artigo propõe uma discussão mais específica sobre a atuação do Psicólogo Social-Comunitário em instituições públicas, levando em consideração o Grupo como Processo. Apresentando, também, quais devem ser as propostas de ação, visando a transformação social e a tomada de consciência de crianças e adolescentes como sujeitos e no Processo Grupal.

Com o objetivo de demonstrar as atividades do Psicólogo Social-Comunitário e quais as possíveis intervenções realizadas a partir da prática em comunidade, serão apresentadas e discutidas as atividades em duas instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de exclusão social, sendo elas: a ONG Educare, que acolhe preferencialmente crianças; e o Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz (CCPA), que oferece atividades e cursos profissionalizantes a crianças e adolescentes.

Sendo assim, faz-se necessário, nesse primeiro momento, compreender que o processo de formação da sociedade brasileira tem como principal determinante a desigualdade social, evidenciando um quadro de desemprego, violência, descaso com a educação, a saúde, a moradia e o trabalho, resultando em condições mínimas de cidadania para a grande maioria da população. E mesmo nesta situação, o Estado permite a redução de gastos públicos destinados às políticas públicas, e somente incentiva a iniciativa privada e as liberdades individuais.

O Estado criou modos de ‘pacificar’ a questão social, o chamado ‘terceiro setor’, que consiste numa nova forma da ‘filantropia’ da questão social que toma para si a responsabilidade de amenizar a pobreza e a exclusão social através de acordos e parcerias com diversos segmentos da sociedade (Paiva e Yamamoto, 2008).

Numa perspectiva histórico-dialética, o termo ‘terceiro setor’ expõe o papel econômico que essas organizações assumem e está estreitamente ligado às “visões segmentadoras, setorializadas da realidade (nas tradições positivista, neopositivista, estruturalista, sistemista, funcionalista, do pluralismo e do institucionalismo norte-americano)” (Montaño, 2003 apud Paiva e Yamamoto, 2008, p.234). Assim, as ONGs agem como ‘neo’ ou ‘para’ organizações, ao invés de não governamentais, no sentido de ajudarem a manter um setor público esvaziado pelo Estado e, ao mesmo tempo, tornar possível que este se exima do que era considerado sua responsabilidade.

Entre 1970 e 1980, as ONGs surgiram para melhorar a organização, articulação e transferência de recursos advindos de órgãos internacionais para os movimentos sociais, entretanto, em 1990, as ONGs ocuparam o lugar dos movimentos sociais, tornando-se ‘atoras’ principais na

negociação com o Estado, levando ao enfraquecimento dos movimentos sociais, deslocando o processo das lutas e das reivindicações para o caminho da parceria e da negociação (Machado, 2010).

Em suma, uma ONG não deve ser vista como sociedade civil, pois é retrato de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, construídas historicamente e hoje aparecem hegemônicas, como canal onde a sociedade civil, prevalecendo a classe mais baixa, é atendida. Enfim, as ONGs funcionam como “arenas de lutas e disputas de projetos societários” (Machado, 2010, p. 276).

A ONG Educare foi criada há cerca de dois anos e começou a partir de um grupo de crianças que se uniam para ler livros infantis e o grupo se chamava Cantinho do Amigo, e após alguns incentivos o grupo se tornou ONG, recebendo auxílio de grandes empresas parceiras, como as metalúrgicas Mitsubishi Motors e Jhon Deere e algumas mineradoras.

A ONG recebia cerca de 50 crianças por dia, com idade entre 6 e 15 anos, divididas em dois turnos, matutino e vespertino. Ali elas brincavam e tinham momentos lúdicos, além de lanche.

Para que as crianças pudessem participar do projeto era preciso que suas famílias estivessem cadastradas em algum tipo de auxílio governamental, como Bolsa Família, Bolsa Escola e Bolsa Gás. Elas faziam o registro na ONG e tinham o acompanhamento de uma assistente social, que ia até suas casas para averiguar os dados e solicitar algum tipo de ajuda, se necessário.

Diferentemente da ONG, o CCPA é um serviço público criado pela Prefeitura Municipal de Catalão-Goiás, fundado em 2004, que assiste crianças em idade escolar e adolescentes estudantes do Ensino Médio. Para conseguir uma vaga na instituição é preciso enfrentar longas filas e, algumas vezes, deixar o nome em lista de espera, pois a procura é grande e o requisito básico é estar matriculado em alguma escola pública da cidade, ser morador da cidade e com renda mínima comprovada.

O CCPA conta com um programa especial de inserção de adolescentes ao mercado de trabalho, onde as empresas de Catalão disponibilizam as vagas e os adolescentes são encaminhados para o primeiro emprego, com a condição de permanecerem na escola e uma vez na semana estarem presentes nas aulas do ‘Curso’ no CCPA. Essas aulas são basicamente de reforço nas disciplinas escolares, de comportamento organizacional e assuntos referentes ao mercado de trabalho.

A instituição também oferece cursos profissionalizantes às crianças e aos adolescentes que não foram contratados ou que demonstraram algum interesse na área, são eles: panificação, corte e costura, artesanatos com tecidos.

do, papel e *biscuit*, crochê, bordado, confecção de tapetes e curso de cabeleireiro. Além disso, também oferece serviço de odontologia aos internos, à comunidade fornece produtos de panificação às escolas e creches municipais e também possui uma produção permanente de leite de soja, que é distribuído à população de baixa renda.

Além dos recursos da prefeitura, o CCPA também recebe ‘incentivos’ das empresas multinacionais instaladas na cidade e, também, são estas empresas quem mais empregam os adolescentes inscritos no programa do ‘Curso’.

Mesmo não sendo da mesma origem da ONG, o CCPA mostra-se também filantrópico, apesar do discurso em que a instituição afirma retirar as ‘crianças dos perigos da sociedade e criar pequenos cidadãos, preparando-os para o mercado de trabalho’.

Sendo assim, para compreender todos os aspectos desses sujeitos e criar possibilidades de intervenção, foi usado como método a pesquisa-ação, que permite ao pesquisador também ser participante do processo educativo de conhecimento e transformação da realidade dos sujeitos.

Os conceitos de ‘comunidade’, inserção na comunidade, Psicologia Social-Comunitária e atuação do psicólogo social, de Maria Quintal de Freitas (1998, 2005), Barder Sawaia (s/d) e Andreia Scislesky (2006), foram norteadores das ações em campo. Para a construção e conhecimento do grupo como processo, foram utilizadas a compreensão teórica de Silvia Lane (2006) e Paulino-Pereira (2011) e, para a análise crítica da movimentação dos grupos, as Categorias Sartreanas elucidadas por Lucília Reboredo (1995). É importante dizer que todo o trabalho foi orientado pela Psicologia Social numa perspectiva materialista histórico-dialética, com intuito de promover práticas transformadoras que possam garantir direitos sociais à comunidade, a partir das intervenções feitas nos grupos.

Para conseguir coletar dados relevantes à pesquisa, durante as intervenções foram proporcionadas atividades lúdicas, brincadeiras, recursos audiovisuais, dinâmicas e rodas de conversa. Todos os resultados foram registrados em Diário de Campo.

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO

Esta pesquisa é construída em dois âmbitos, o científico e o social. Quanto ao aspecto científico, esta pesquisa, a partir do material teórico aplicado, visa contribuir para a prática da Psicologia Social como ciência na área de Intervenções Psicossociais em Comunidade. Quanto ao aspecto social, o presente se justifica pela necessidade apresentada em instituições da cidade de Catalão, em Goiás, de auxiliar crianças e adolescentes em situação de exclusão social a lidar com o ambiente que os cerca, criando situações para transformá-la, e orientando esses jovens ao mercado de trabalho.

A pesquisa teve como objetivo Geral elucidar práticas de intervenções do Psicólogo Social frente às demandas de crianças e adolescentes em situação de exclusão social; bem como caracterizar níveis de ação a partir das demandas psicossociais desses grupos. Como objetivo Específico: a) compreender do papel do Psicólogo Social frente aos conflitos sociais e entendimento acerca de processos e instrumentos de intervenção; b) ressaltar ainda a importância da reflexão sobre a ética no processo de pesquisa em Psicologia Social e trabalho com instituições e comunidade.

Quanto ao método, inicialmente fez-se um levantamento bibliográfico acerca do tema e, após a leitura, foram elaborados resumos e fichamentos a fim de obter um arcabouço teórico que norteie a prática em campo.

Este trabalho foi fundamentado a partir da pesquisa-ação, objetivando compreender os anseios, as transformações e os movimentos dos grupos atendidos.

A pesquisa-ação foi escolhida como método de intervenção porque, sendo ação educativa, permite que a comunidade se envolva no processo e o pesquisador pode conhecer melhor a realidade dela, sendo esse processo dinâmico e permanente (Neto, s/d). Pode-se dizer que:

(...) a metodologia da *pesquisa-ação* é uma opção, uma metodologia que estimula a participação das pessoas envolvidas na pesquisa e abre o seu universo de respostas, passando pelas condições de trabalho e vida da comunidade. Buscam-se as explicações dos próprios participantes que se situam, assim, em situação de investigador (Neto, s/d, p. 1).

Portanto, na pesquisa-ação o participante é levado à construção do próprio conhecimento, tornando-se o sujeito dessa produção. Por esse motivo, tem-se uma metodologia de ação educativa, pois ela se constitui como instrumento fundamental de resistência, conquista e transformação popular (Neto, s/d).

As atividades lúdicas foram de extrema importância na pesquisa-ação, pois permitiram facilitar o diálogo entre os sujeitos e a compreensão da temática exposta, principalmente em situações em que o 'falar' é constrangedor ou difícil. Reboledo (s/d) sugere que as vivências trabalhadas, na perspectiva de facilitar os processos grupais nas dimensões afetiva, valorativa e operativa, devem ser utilizadas como instrumentos facilitadores do movimento de constituição dos indivíduos de forma a melhorar suas relações sociais e qualidade de vida.

O uso dessas técnicas pode ser caracterizado como uma intervenção formal diante de problemas específicos que devem ser solucionados e também como intervenções normais durante o processo. É preciso destacar que estas técnicas, na maioria das vezes, são desprovidas de arcabouço teórico, cabendo ao coordenador fazer uma leitura

da realidade do grupo, a partir do referencial teórico, para que, assim, possa intervir em assuntos que surgiram no grupo (Reboredo, s/d).

Sendo assim, são inúmeras bibliografias específicas sobre procedimentos e técnicas de vivências que podem ser utilizados para alcançar o objetivo da proposta de intervenção, sendo possível ainda fazer adaptações, de acordo com as necessidades. De forma geral, as atividades lúdicas, brincadeiras, produções de texto, entre outras coisas, podem ser utilizadas para elaboração de diagnósticos, descontração, quebra-gelo e trabalhar temas específicos com o grupo (Reboredo, s/d).

Foi usado como fonte de registro o Diário de Campo, pois, através da escrita narrativa, os dados vistos e descritos serão revisados criticamente, de maneira reflexiva, servindo como fonte bibliográfica para as discussões propostas *a posteriori*.

VISITANDO A TEORIA: BASE PARA A PRÁXIS

A comunidade para a Psicologia Social é parte de um movimento amplo de avaliação do papel das ciências sociais, uma teoria crítica que, ao realizar uma interpretação do mundo, tem como intenção transformá-lo. A prática comunitária não é realizada dentro de consultórios, mas sim ladeada à comunidade num compromisso com o sujeito humano, onde se tornou também referencial de análise que permite olhar a sociedade do ponto de vista do vivido, sem cair num psicologismo reducionista. Segundo Nisbet (apud Sawaia, 2005), comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral. É a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição.

Assim, o surgimento de novas/velhas formas de diferenciação e segregação, faz com que os estudos de comunidade voltem a sua origem na tentativa de recuperar seu teor ético-simbólico e sua autonomia. O conceito e o olhar para a comunidade deixam de ser dicotômicos, transformando -se numa recriação permanente da existência coletiva (dialética realizada na sua história), na luta de cada um pela igualdade de todos; deve oferecer um espaço de incentivo ao exercício da comunicação livre, onde todos participam com igual poder para o trabalho de resignificação da vida social. Seus membros devem fazer-se ouvir, argumentando e participando para um denominador comum e democrático, para a busca da democracia e para a garantia da cidadania. A comunidade está associada ao debate de décadas sobre exclusão e ética do bem viver, e, mais do que uma categoria científico-analítica, é categoria orientadora da ação e da reflexão.

As formas de inserção na comunidade devem estar ligadas à avaliação da população, com comprometimento social de mudança e construção de conhecimento na área, uma psicologia que se proponha a trabalhar com problemáticas que assolam o cotidiano. Tanto o profissional da psicologia, quanto a comunidade, podem agir ou pensar de maneira diferente, por não terem sempre uma visão de mundo coincidente ou mesmo conciliável, mas segundo Freitas (1998), a visão do profissional é que se constitui como aspecto crucial na criação ou determinação das possibilidades sobre o como estudar, pesquisar e/ou intervir, assim como na delimitação e seleção das estratégias de intervenção a serem utilizadas. Nesse processo, os instrumentos utilizados podem ser entrevistas, conversas informais, visitas às casas, registro de episódios significativos, recuperação da história, encontros e resgate de documentos.

O trabalho na comunidade deve ser coletivo, dirigido, lidar com grupos na busca de um conhecimento contínuo e visando sempre possibilidades de mudança, e, ao mesmo tempo, ser também questionador e sem previsão de fim. Segundo Paulino-Pereira (2011), a aproximação do psicólogo com a comunidade deve ocorrer com a indissociabilidade da pesquisa e da teoria, pois a tradução do conhecimento científico no campo operativo exige profissionais com competência para a produção do conhecimento científico e técnico, como também habilidades ao socializarem esses conhecimentos aos grupos sociais. Assim, conforme Freitas (2005),

A percepção e a avaliação que os próprios agentes destas práticas tem sobre sua participação e o trabalho, juntamente com o tipo de compreensão sobre o que seja um trabalho transformador, apresentam-se como aspectos importantes para reunirmos dados relativos à dinâmica e à prática comunitárias, buscando-se as condições que poderiam garantir as coerências entre as práticas desenvolvidas e os compromissos assumidos (Freitas, 2005, p. 54).

É na comunidade que se traduzem os conhecimentos da ciência e espera-se que haja uma parceria entre psicólogo e os movimentos sociais no combate à desigualdade social e política, reafirmando os valores democráticos. É importante salientar que a ação grupal se mostra fundamental ao campo no desenvolvimento das habilidades teóricas-práticas para a intervenção nos processos, promoção do conhecimento, ação de intervenção da psicologia social, investigação dos espaços e fortalecimento de valores. Do mesmo modo, deve-se saber que não se conhece a sociedade sem que se conheça a cotidianidade, que é dialética e está em constante mudança, sujeita à própria história.

Segundo Scisleski, Maraschin e Tittoni (2006),

As múltiplas formas que constituem as existências humanas configuram-se como objetos de análise e de pesquisa no campo da Psicologia Social. E esses modos se traduzem por lugares subjetivos frente ao mundo, dentro do âmbito dos espaços de convivência pelo caminho do reconhecimento; nesse sentido, a subjetividade constrói-se sob a lógica do cooperar, no que concerne à aceitação do outro, ao mesmo tempo em que serve para o aceitar-se a si mesmo. Ou seja, é dentro desse olhar que propomos nossa análise, legitimando e reconhecendo, ao tempo em que somos legitimados e reconhecidos, frente ao nosso próprio objeto de estudo.

Dessa forma, o homem nasce numa sociedade já organizada e com seu cotidiano estabelecido. A vida cotidiana torna-se essencial para o estudo da vida do indivíduo já que atravessa a existência humana em todos os aspectos: político, cultural e moral. Nessa perspectiva, o homem assume uma posição perante essa estrutura e suas funções são exercidas tanto diretamente quanto paralelamente na História universal e particular. Cabe-se dizer também das imitações, as assimilações que o homem faz nesse mundo já feito: o papel permite aos membros de uma sociedade atuar instintivamente (sentido adquirido e não biológico) na realização de tarefas.

Para a análise dos grupos sociais nas comunidades, muitas teorias foram desenvolvidas, para este trabalho, foi utilizada a teoria de Silvia Lane (2004), que fala da análise do grupo como um processo, pois o homem é basicamente um ser social e, por meio das relações de produção, do encontro com as ideologias, as determinações socioculturais, ele vai se tornando um ser social. Daí a necessidade da Psicologia observar todos os contextos para que haja uma compreensão completa do homem, ou seja, uma micro e macroanálise.

Assim, deve-se pensar sobre os papéis que os sujeitos desempenham na sociedade e que se efetivam através de crenças e valores que reforçam a diferenciação social, sendo esta baseada na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho. Por isso, é preciso analisar o homem a partir do grupo em que ele pertence e a sua classe social, pensando na dialética homem-sociedade e prestar atenção aos diversos movimentos desta relação, levando em conta que o homem é fundamentalmente o homem alienado (Lane, 2004).

Para compreensão do processo grupal, a partir do materialismo dialético, inicialmente deve-se identificar dois níveis de alienação, para que se possa romper as representações ideológicas e tenha a tomada de consciência que, de acordo com Lane (2004) são:

(...) o da vivência subjetiva, marcado pela ideologia (...); e a da realidade objetiva, onde as ações e interações estão sempre comprimidas e amalgamadas por papéis sociais que restringem essas interações ao nível do permitido e do desejado (...) (Lane, 2004, p.84-85).

Além disso, é preciso observar o tipo de inserção do grupo dentro da instituição, a história de vida de cada sujeito do grupo e os papéis assumidos dentro do grupo, pois eles sempre reproduzem a relação dominador-dominado. Ou seja, essas observações são extremamente relevantes para uma análise completa de um grupo e do sujeito, pois leva em consideração aspectos individuais e sociais de cada um, para que se possa pensar o grupo como processo de transformação da realidade e não só um grupo de pessoas que se unem pelo mesmo interesse.

Silvia Lane (2004) nos diz que após a análise dos movimentos do grupo é possível aos membros

(...) se perceberem enquanto membro da sociedade, semelhantes nas suas determinações históricas, a abrirem mão desta individualidade institucionalizada para efetivamente assumirem uma identidade grupal e, conseqüentemente, uma ação grupal. É somente neste momento que os indivíduos no grupo poderiam ter uma ação social transformadora dentro da sociedade em que vivem (Lane, 2004, p.90).

Pensando nessa perspectiva, essa análise do grupo serve para a construção de um novo olhar da Psicologia Social em relação aos movimentos dos processos grupais, objetivando uma transformação da consciência e das atitudes dos sujeitos, de modo que se possa promover o conhecimento amplo da comunidade, tornando possível ao profissional a criação da resolução dos problemas e a integração entre teoria e prática.

As ações norteadoras da análise crítica que deve sair da prática e caminhar para a práxis consistem em um processo que deve levar em conta o homem como ser histórico, num movimento de construção da cultura e de si próprio, analisando de forma dialética o cotidiano do grupo, com um olhar crítico, pois “a vida cotidiana é a vida do indivíduo, único e irrepetível, que assimila a realidade social dada (...); essa mesma vida está carregada de alternativas e escolhas” (Paulino-Pereira, 2011, p.8).

Para que esta análise seja satisfatória, Reboredo (1995) e Paulino-Pereira (2011) indicam como método as categorias de Sartre, que permitem uma leitura mais detalhada dos movimentos do grupo. São elas:

- Serialidade (alienação): “consiste na relação entre indivíduos que compõem uma série (...), onde os indivíduos são indiferenciados e podem facilmente ser substituídos por outros, pois todos são indiferenciados” (Reboredo, 1995, p.39);

- Fusão: “(...) momento em que o grupo tem consciência da tarefa em comum e cada um depende do outro (...), é a busca pelo reencontro com a liberdade” (Reboredo, 1995, p.42);
- Juramento: “caracteriza-se como o momento no qual os indivíduos vivem mais intensamente (...) a condição de pertinência ao grupo” (Reboredo, 1995, p.43);
- Organização: “designa ao mesmo tempo ação interior, pela qual o grupo define suas estruturas, e o próprio grupo, como atividade estruturada, que se exerce no campo prático, sobre a matéria trabalhada e sobre outros grupos” (Reboredo, 1995, p.44);
- Fraternidade-Terror: “o retorno do grupo ao projeto normativo das relações de seus membros (...), elabora-se um estatuto comum, significando o direito de todos, através de cada um sobre cada um” (Reboredo, 1995, p.45);
- Institucionalização: “significa a separação dos membros do grupo (...). Isto significa a consolidação de subgrupos e a possibilidade da dispersão” (Reboredo, 1995, p.45).

As Categorias Sartreanas são indispensáveis aos profissionais que desejam tornar o grupo um lócus de atuação do Psicólogo Social-Comunitário, além de contribuir para a elaboração de um projeto político de sociedade no qual o sujeito não seja fadado a viver a condição de mercadoria, pois esses movimentos são dialéticos e necessitam de uma prática crítica, tendo a práxis como resultado de uma reflexão possível no grupo (Paulino-Pereira, 2011).

A PRÁXIS-PROCESSO

As intervenções desta pesquisa-ação foram realizadas durante todo o ano de 2012, sendo que, no primeiro semestre, as atividades aconteceram na ONG Educare e no segundo semestre no CCPA.

No período que corresponde entre março e julho, as atividades na ONG Educare aconteceram todas quartas-feiras no período da tarde. As duas primeiras visitas funcionaram como norteadoras para definir as possíveis intervenções. Foram levantados dados estatísticos, como a quantidade de material didático, material pedagógico, brinquedos, livros, computadores, televisões e aparelhos multimídia. Também foi feito o contato com as crianças, visando estabelecer os primeiros vínculos e passar certa confiança e credibilidade a elas. Foi observada também a rotina da ONG, como funciona o rodízio dos voluntários e as atividades realizadas durante a semana.

A primeira atividade proposta teve o objetivo de conhecer um pouco mais sobre a vida das crianças e tentar perceber os primeiros movimentos delas como grupo. Foi

proposta uma roda de conversa em que as crianças se apresentavam e falavam um pouco das coisas que gostavam, com quem moravam e onde estudavam. Muitos dados foram coletados dessa roda de conversa, sendo estes registrados em Diário de Campo.

“Eu moro com a minha vó, meus irmãos e a minha mãe. Tenho 10 e tô solteiro. Tenho um monte de primos e minha mãe não me deixa namorar. O que eu mais gosto de fazer? Jogar futebol né!” (Vitor. Diário de Campo, 11/04/2012).

“Eu moro com a minha vó e meus irmãos. Não tenho namorada mas tenho uma cachorra que chama Pretinha.” (Vinícius. Diário de Campo, 11/04/2012).

“Meu nome é Bruno, tenho 13 anos e gosto de futebol. Meu papagaio se chama Feiúra.” (Bruno. Diário de Campo, 11/04/2012).

“Eu moro com meus pais e meus dois irmãos, o David e o Ruan. Eu queria ter um cachorro, mas minha mãe não deixa.” (Elias. Diário de Campo, 11/04/2012).

Diante destas e de outras falas, um ponto a ser considerado é que a maior parte das crianças mora com os avós e outros parentes, poucos disseram que viviam com pais e irmãos. Pode-se perceber que a estrutura familiar atual tem se modificado e não existe mais o conceito de família nuclear. Outro fato a ser destacado é a necessidade que todos tiveram em dizer que estão solteiros ou que tem namorado(a). Cada vez mais cedo as crianças estão começando a se relacionar afetivamente, seja por influência da mídia ou dos próprios modelos que tem em casa. Todos estes dados são importantes para pensar sobre os papéis que estas crianças estão desempenhando em sociedade, Lane (2004) afirma que é preciso analisar o homem a partir do grupo e da classe social em que ele pertence, as suas crenças e valores, de modo que se possa pensar a dialética homem-sociedade. Assim, o que se pode pensar é que essas crianças são um reflexo da realidade delas e repetem o que as ideologias lhes mostram.

Para os próximos encontros o melhor seria fazer atividades recreativas para aumentar o vínculo entre os profissionais e crianças, o que foi bem sucedido. Devido às festividades do Dia do Livro foi proposto às crianças que criassem juntas uma história. O grupo foi dividido em duas partes: os mais novos de 6 a 9 anos e os mais velhos de 10 a 13 anos. Eles receberam bem a proposta, contudo pode-se perceber que o grupo dos mais velhos teve maior facilidade em lidar com as palavras, se mostraram mais interessados, já o grupo dos menores preferia atividades mais lúdicas, principalmente atividades com pintura.

Foi necessário dividir o grupo em duas partes para que facilitasse a atuação do Psicólogo Social-Comunitário,

pois se tratava de duas faixas etárias com diferenças relevantes e não seria preciso reelaborar as vivências de acordo com a demanda específica de cada grupo. Ou seja, sendo o primeiro grupo com crianças de 10 a 13 anos, técnicas que incluíssem a escrita, o improviso, teatro coletivo, seriam mais apropriadas, pois as crianças já estão alfabetizadas e tem maior contato com livros e programas de TV que as incentivem a criar; já o grupo com crianças menores, de 6 a 9 anos, as atividades que incluem pintura, desenho, recorte e colagem, entre outros trabalhos manuais, funcionam melhor, pois estão no momento em que a coordenação motora e as atividades cognitivas estão se desenvolvendo e, por estarem se alfabetizando, atividades que tenham leitura ou escrita não são interessantes, já que ainda não conseguem compreender totalmente o que é proposto.

Após dois meses foi possível fazer a primeira intervenção para o reconhecimento do movimento do grupo. Para o quebra-gelo foi proposta a dinâmica de integração ‘Um Parente Muito Especial’ (Dyna, 2000), que tem o objetivo conhecer a si mesmo e aos demais e favorecer o diálogo. Posteriormente, para perceber a organização do grupo foi feita a vivência ‘O Boneco’ (Dyna, 2000), que consiste em discutir a importância de todos participarem do grupo e valorizar as ações em conjunto.

Depois de identificados os níveis de atuação do Psicólogo Social-Comunitário, as vivências foram feitas nos dois grupos, o de crianças maiores e o de crianças menores. No grupo de crianças maiores, a dinâmica de integração teve mais efeito, todos participaram, se emocionaram, discutiram:

“Eu admiro minha mãe. Eu gosto dela porque ela passeia comigo e me dá carinho.” (Ana Carolina. Diário de Campo, 25/04/2012).

“Meu irmão que eu mais gosto é o Gustavo. Quando a gente esquece a toalha, quando a gente vê ele já traz a toalha. Assim, nem sei porquê. Ele tem dois anos e um mês.” (Vítor. Diário de Campo, 25/04/2012).

“Eu gosto da minha mãe porque ela me dá carinho. Compra um monte de coisa que eu quero. Quase todo mundo gosta mais da mãe.” (Amanda. Diário de Campo, 25/04/2012).

“Eu gosto do meu pai. Ele nem mora comigo. Nois conversa pelo computador e quando me liga. Ele vem as vezes pra me visitar. Eu gosto dele, mas não convive comigo. Eu sinto falta. Queria que ele voltasse com a minha mãe.” (Vinícius. Diário de Campo, 25/04/2012).

“É bom ir na casa do meu vô. A gente passeia. Meu pai vai lá me ver, pega nós pra casa dele. Mas não sinto falta dele não. O meu padrasto me dá um tanto de trein. Eles vão casar e mo-

rar junto. Ele trabalha na Transduarte e leva a gente no ônibus.” (Maria Eduarda. Diário de Campo, 25/04/2012).

“Eu moro com meus pais. Meu pai as vezes é chatinho. Por causa que ele bebe, minha mãe fala trem pra ele, ele fica bobo e começa a gritar. Mas quando amanhece ele fica igual um cachorrinho. Toda hora que eu to querendo alguma coisa, pode demorar mil anos, mas ele me dá. Gosto da minha mãe porque ela me carregou na barriga.” (Vítor. Diário de Campo, 25/04/2012).

Fica explícito nestas falas que as crianças, através da conversa e das falas direcionadas, expressaram o que sentiam e puderam pensar sobre o que é importante na vida delas, tomando consciência da realidade delas em relação à família.

Na segunda parte da vivência, em que as crianças desenhavam partes do corpo humano para montar um boneco, não ocorreu da forma esperada, pois, sendo pré-adolescentes ele se fixaram em desenhar os órgãos genitais e zonas erógenas. Por causa disso, não foi possível concluir a vivência da forma como foi prevista, tendo a necessidade, então, de inserir uma nova temática, a sexualidade na infância. Foi preciso que o pesquisador mudasse seu foco a fim de atender as demandas que o grupo evidenciava, abrindo um espaço para as crianças falarem sobre o que elas sabiam sobre sexo, trazendo informações importantes sobre prevenção de doenças, de gravidez e também sobre o planejamento familiar.

O Psicólogo Social-Comunitário deve estar atento às necessidades do grupo, trazendo temas que sejam relevantes e que contribuam para a mudança e transformação da realidade dos mesmos, e este ‘estar atento’ significa estar preparado para as possíveis mudanças de estratégia.

Com o grupo das crianças menores, a mesma vivência foi aplicada, mas não surtiu tanto efeito quanto com o outro grupo. O que ocorreu foi o contrário, a roda de conversa foi bem breve e o momento de confeccionar o boneco foi bem mais proveitoso, pois elas começaram a entender que precisam uns dos outros para serem completos e que, juntos podem ouvir melhor e falar melhor.

A partir dos dados recolhidos, das mudanças de estratégias e desenvolvidos níveis de atuação, é possível perceber que a ONG é o lugar escolhido pelas crianças para que possam brincar, comer e deixar o tempo passar até que seus pais voltem pra casa. Esse tipo de relação nega a reciprocidade e o compromisso com o outro, a criança compreende a outra como colega, mas apenas número, quantidade, por isso, rebuscando as Categorias Sartreanas teorizadas por Reboredo (1995), ambos os grupos, de crianças maiores e menores, se movimentam na Serialidade, pois ainda vivem no isolamento, como se não houvesse nada em comum entre elas.

Sendo a ONG um espaço específico para as crianças brincarem e se divertirem, as intervenções que os tiravam do brincar não estavam sendo proveitosas, então, em todas as outras intervenções foram feitas oficinas de leitura e oficina de inclusão digital. Estas sim funcionaram muito bem, porque incluem ao brincar das crianças a possibilidade de conhecer mais sobre elas sem tirar delas o momento lúdico, além de transmitir algum conhecimento diferenciado à vida delas. Essa tomada de atitude permitiu ao Psicólogo Social-Comunitário perceber uma nova etapa em sua atuação, podendo construir novas ações, que se adaptem às demandas do grupo, sendo possível, através das atividades lúdicas, trazer conhecimentos ainda não explorados pelas crianças e, conseqüentemente, a possibilidade da mudança da realidade delas.

Dessa forma, a mudança de estratégia criou a possibilidade de conversar mais com as crianças através de leituras de contos e livros e a inclusão digital. Estas oficinas deram mais significado às brincadeiras, pois, anteriormente, as crianças brincavam aleatoriamente com os livros e os computadores eram usados somente para acessar a internet. Sendo assim, abriu-se oportunidades de aprender e discutir sobre questões importantes da vida através do brincar.

Reboredo (S/D) afirma que a atividade lúdica é terapêutica e torna possível o acesso a informações em relação à temáticas que sejam constrangedoras ou de difícil compreensão. Além de direcionar a temática, as atividades lúdicas usadas nessas intervenções serviram de possíveis direcionadoras de novas ações dessas crianças no cotidiano delas, ou seja, trazem sentido ao cotidiano, que antes era simplesmente folhear livros e entrar em sites de jogos. Atualmente, elas conseguem identificar e relacionar fatos lidos nos livros e à vida delas e aprenderam os cuidados que devem tomar ao ligar e desligar um computador, como abrir um documento, entres outras coisas que, de várias formas, fizeram a diferença no presente farão no futuro dessas crianças.

A ONG ainda apresenta um caráter assistencialista e filantrópico, sendo sustentada por empresas que fazem doações com o objetivo de abater o imposto de renda. É preciso pensar numa forma de criar a possibilidade de este órgão ser um promotor de mudanças na realidade das crianças e fonte de reivindicação de direitos e de políticas sociais que alcancem de forma completa essas crianças e suas famílias.

Por mais complexa e precária que seja a situação na qual estamos circunscritos, o trabalho da Psicologia Social não deve se sujeitar, via de regra, à lógica assistencialista. Nossa aposta é que devam prevalecer intervenções capazes de possibilitar o desejo da criação de uma referência emancipada da nossa - sendo essa um resultado do exercício de autoria. Considerando que a lógica assistencial fundamenta-se na cristalização de lugares e no não

reconhecimento da potencialidade emancipatória e de autoria dos sujeitos, acredita-se que não possa ser considerada referência para as intervenções em psicologia social. A ordem, aquela que De Certeau (1994) afirma ser a definidora de um lugar, não deverá ser a ordem assistencial para a definição de um lugar da psicologia social na produção da emancipação e de autoria (Scisleski, Maraschin e Tittoni, 2006, p. 54).

Cabe ao Psicólogo Social-Comunitário também auxiliar, tanto a ONG quanto qualquer outro movimento social, para que percebam a necessidade de mudança de paradigma e começar a criar novas possibilidades de reivindicar os direitos sociais junto ao governo e propor ações transformadoras, tendo sempre como meta fortalecer os mecanismos, junto à comunidade, que permitam a organização da tomada de consciência de si e de seu trabalho, tornando as pessoas ali sujeitos da ação,

(...) ou seja, intervenções que estabeleçam condições objetivas e subjetivas para que os indivíduos se aglutinem e desenvolvam relações sociais que garantam a formulação e execução de “seu” projeto de vida, assim como do “outro”, e de um projeto de sociedade na qual o bem maior seja o ser humano (Reboredo, 1995, p.25).

Diferentemente do que aconteceu (e também do que não aconteceu) na ONG, no segundo semestre, o trabalho no CCPA foi mais específico, com a turma do ‘curso’, adolescentes e jovens que se preparam para a entrada no mercado de trabalho e se deparam com o conflito da escola profissional. Por isso, surgiu a necessidade de criar um grupo de Orientação Vocacional Profissional (OVP), que pudesse nortear o caminho a ser trilhado por esses adolescentes.

O programa de OVP consiste em onze encontros, que tratam de autoconhecimento, a vida escolar, as relações interpessoais e as aspirações profissionais de cada um, com objetivo de traçar um perfil adequado e trazer as melhores opções de carreira profissional a cada um deles. Para que esses dados fossem acessados, utilizou-se técnicas de dinâmica de grupo, atividades lúdicas, exposição de conteúdos informativos (vídeos, *folders*, jornais e revistas contendo informações sobre várias áreas de atuação profissional) e rodas de conversa. Vale ressaltar que todos os dados foram arquivados e relatados em Diário de Campo.

As primeiras intervenções tiveram como objetivo principal, para os pesquisadores, coletar dados significativos em relação aos aspectos que compõem os jovens como sujeitos (família, personalidade, amigos), e, para os jovens, o autoconhecimento e autorreflexão.

Aos jovens foram propostas algumas produções de texto e desenhos em que deveriam falar como eles são (per-

sonalidade), como é a família deles, quem são os amigos e porquê, depois, tudo isso foi discutido em roda de conversa, fazendo interlocução com o tema principal, que é o mercado de trabalho e as profissões. Por exemplo, se a família influencia a escolha profissional, como seria a relação profissional, se o 'jeito de ser' interfere nas relações e escolhas profissionais, etc.

Durante as rodas de conversa os jovens puderam falar sobre si mesmos e tomar consciência de alguns aspectos que ainda não estavam tão claros para eles. O assunto mais discutido foi a questão das amizades e valores, fazendo questão de enfatizar o tipo de pessoas que não gostam de 'andar junto'. Falou-se muito também sobre as mudanças de opinião desde a infância até aquele momento, confirmando que eles ainda tem a família como referência, mas, tem 'opinião própria' em relação à decisões importantes. Sendo assim, os jovens puderam perceber que eles são muito mais construídos pelo meio que os cerca do que simplesmente por opiniões e valores individuais.

Vale ressaltar que esse processo de reconhecimento do homem como ser social e como construtor e ator da própria história é muito importante, pois este é um dos objetos de análise do psicólogo social. Scisleski, Maraschin e Tittoni (2006) afirmam que esse modo de viver social é reconhecido em espaços de convivência, onde a subjetividade vai se construindo, cooperando e aceitando à si mesmos e aos outros. Desse modo, estudar a vida cotidiana desaesujeitos se torna imprescindível, e isso foi possível através das intervenções realizadas.

As múltiplas formas que constituem as existências humanas configuram-se como objetos de análise e de pesquisa no campo da Psicologia Social (Maraschin, 2004). E esses modos se traduzem por lugares subjetivos frente ao mundo, dentro do âmbito dos espaços de convivência pelo caminho do reconhecimento; nesse sentido, a subjetividade constrói-se sob a lógica do cooperar, no que concerne à aceitação do outro, ao mesmo tempo em que serve para o aceitar-se a si mesmo. Ou seja, é dentro desse olhar que propomos nossa análise, legitimando e reconhecendo, ao tempo em que somos legitimados e reconhecidos, frente ao nosso próprio objeto de estudo (Scisleski, Maraschin e Tittoni, 2006, p. 56).

Silvia Lane (2004) também afirma que sendo o homem um ser social, ele deve ser compreendido de forma completa, através das relações de produção, das ideologias e determinações socioculturais.

As próximas intervenções tinham como objetivo relacionar a vida escolar, e todas as suas implicações, à escolha profissional. Para isso, recursos audiovisuais, atividades manuais, brincadeiras e rodas de conversa foram

utilizadas para coletar dados relevantes ao trabalho. Para a primeira atividade o tema trabalhado foram os valores apreendidos na escola durante a infância, como era a escolha dos amigos, as disciplinas e professores preferidos e/ou odiados.

De forma geral, o período escolar, para todos, não foi tão ‘traumático’, tiveram algumas dificuldades com disciplinas específicas, com professores, mas, para eles, não foi algo aparentemente relevante. Todos afirmaram que a escola é muito importante na escolha profissional e uma adolescente fez uma afirmação que fez toda a diferença: “A escola molda o caráter e ajuda a combater o machismo” (Lara. Diário de Campo, 12/11/2012).

Diante dessa afirmativa, foram feitos alguns apontamentos sobre as mudanças que ocorreram durante o período do Ensino Fundamental e os adolescentes inicialmente disseram que eles continuavam os mesmos, contudo, após alguns comentários sobre o que eles haviam dito, começaram a compreender que o homem está em constante mudança e vai se moldando e se adaptando às inúmeras movimentações sociais, culturais, políticas e ideológicas que ocorrem no cotidiano deles. Um adolescente diz:

“Agora eu entendi o que você está falando. Quando eu era pequeno, era gordinho e tímido. Aí quando eu fui pro Ensino Médio resolvi emagrecer e conversar mais com os colegas. Agora, eu ainda sou tímido, mas isso me ajudou a decidir que quero fazer Educação Física” (Adailton. Diário de Campo, 12/11/2012).

Depois dessa fala, os outros adolescentes perceberam e concordaram que eram pessoas diferentes na infância e, quando entraram no Ensino Médio, eles amadureceram e certas atitudes foram descartadas e outras adquiridas.

Quando se é feito o resgate da história de cada um e, de certa forma, o resgate da realidade social do grupo, tem-se a disponibilidade de envolver as relações mais significativas da vida cotidiana, sendo possível ao Psicólogo Social-Comunitário organizar fatores para conceituar e analisar o processo grupal como uma estrutura de vínculos e relações entre sujeitos, que é direcionada através de situações e necessidades individuais e interesses coletivos (Reboredo, 1995).

As últimas intervenções tinham o foco voltado ao mercado de trabalho e à escolha profissional. Como atividades foram preparados vídeos informativos falando sobre algumas profissões e sobre como o mercado de trabalho tem se abrido frente às novas tecnologias. Em roda de conversa também foi discutido a questão da vida financeira e situação econômica almejada. Todos disseram que já passaram ou passam dificuldades financeiras e estão estudando para melhorarem a situação.

Reboredo (1995) afirma:

Viver significa, simbolicamente, a possibilidade de indivíduo atender às necessidades básicas, próprias da sobrevivência biológica, e também às necessidades filosóficas e espirituais, próprias do processo de constituição do indivíduo (Reboredo, 1995, p. 49)

Isso nos leva a pensar que estas condições são criadas pelo capitalismo, em decorrência do desenvolvimento da sociedade civil e o próprio capitalismo limita o atendimento à estas condições, e são essas que constituirão os movimentos de ação que podem modificar a sociedade. Essas ações podem ser observadas nos sujeitos que, mesmo em situação de exclusão social, de viverem à margem na sociedade, lutam para concretizar os carecimentos de sua individualidade, apesar de o sistema apregoar e manter a necessidade de existir condições de vida miserável a fim de neutralizar o poder político da classe (Reboredo, 1995). Diante dessa situação, cabe ao Psicólogo Social-Comunitário identificar e provocar essa temática no grupo, trazendo à tona uma discussão dialética sobre a posição que os sujeitos ocupam na sociedade, as causas e o que pode ser feito para mudar esse quadro, isto é, elucidar os jovens em relação ao papel que desempenham na sociedade e discutir novas ações que promovam mudança significativa no cotidiano deles.

Foi levantada a questão de mudar de ideia em relação à profissão se a proposta de salário fosse melhor. Inicialmente, todos disseram que não deixariam de fazer o que gostam por causa de dinheiro, mas, quando um dos jovens afirmou que deixaria de estudar diante da proposta, os outros repensaram e concordaram dizendo que se a proposta fosse boa e valesse a pena eles deixariam de estudar e seguiriam uma carreira diferente. Falaram bastante sobre como as ideologias tem os obrigado a criar falsas expectativas e como o mercado é injusto, pois, ao mesmo tempo em que ele ‘abre portas’ para os jovens e cria recursos para o estudo, ele tem se tornado cada vez mais exigente e competitivo, dificultando a entrada dos jovens. Com isso, iniciou-se uma discussão sobre o que é ser bem sucedido, no qual eles disseram que ser bem sucedido é ter boas condições em relação ao dinheiro, ao amor e à família, contudo, eles mesmos iam criando novas definições para o termo ‘bem sucedido’, chegando à conclusão que essa situação pode ser interpretada de várias formas e depende do foco de cada um (Cf. Diário de Campo, 19/11/2012).

Essa reflexão evidencia que é função do Psicólogo Social-Comunitário abrir esses espaços no grupo, de modo que conceitos individuais se tornem coletivos, numa troca mútua de experiências, retirando a tradição capitalista de hierarquia, em que a opinião de um é mais importante que a de outro. Por isso,

(...) há a necessidade da consciência social, possibilitando ampliar as instâncias reflexivas que permitem a cada membro uma conduta social que perceba como legítima a presença do outro no espaço de convivência. Dessa forma, o outro pode ocupar um lugar de reconhecimento legítimo na relação (Scisleski, Maraschin e Tittoni, 2006, p. 55)

Esses momentos foram de grande valia, pois os jovens começaram a produzir, juntos, um pensamento crítico sobre o próprio cotidiano e isso os leva a pensar como grupo uma possível transformação da realidade, ou seja, estão aprendendo a pensar dialeticamente sobre os conteúdos ideológicos e alienantes impostos pela sociedade capitalista.

Martín-Baró (apud Reboredo, 1995) ressalta que as relações de poder devem ser trabalhadas pelo psicólogo, pois, normalmente, este assunto tem uma tendência de ocultar-se e evidenciar-se como algo natural. Sendo assim, “é na convivência grupal que os indivíduos materializam as relações de poder instituídas pelo sistema capitalista” (Reboredo, 1995, p. 22).

Durante todo o processo de intervenções com os adolescentes pode se fazer uma análise positiva da movimentação do grupo, que, anteriormente às intervenções, estavam juntos somente com um interesse em comum, mas não se reconheciam como grupo. Entretanto, após alguns encontros já foi possível perceber que os jovens saíram da Serialidade e caminham pela Fusão e Juramento, reportando às Categorias Sartreanas, teorizadas por Reboredo (1995), pois já conseguem pensar criticamente como grupo, já tomam decisões juntos, criam papéis dentro do grupo e meios para que possam pensar em ações transformadoras que mudem sua realidade.

PALAVRAS FINAIS

A partir do objetivo estabelecido de elucidar as práticas e o papel do Psicólogo Social em instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de exclusão social, este trabalho constitui um caráter científico e social, pois, primeiramente, desenvolve um material teórico-metodológico em Psicologia Social, trazendo a prática do profissional em instituições, identificando os níveis de atuação do mesmo, e, posteriormente, cria espaços e possibilidades de emancipação à comunidade, consequentemente, contribuindo para a construção de ações que sejam relevantes e benéficas à mesma.

Tendo como método a pesquisa-ação foi possível participar do cotidiano das crianças e adolescentes das instituições, de forma que o processo de intervenção também fosse um processo de conhecimento de si mesmo e do outro, promovendo ações educativas que fossem relevantes tanto aos jovens, quanto à comunidade, em geral, e ao próprio pesquisador.

Foi de muita eficácia, também, o uso do Diário de Campo como fonte de registros dos acontecimentos, pois permitiu que falas e acontecimentos fossem retomados durante a análise de dados, permitindo, assim, uma discussão mais aprofundada do tema.

A partir dos levantamentos bibliográficos em Psicologia Social Comunitária, o estudo do Grupo como Processo a partir das Categorias Sartreanas, o trabalho em campo foi satisfatório, pois, com o auxílio das teorias, as ações foram norteadas cientificamente, o que possibilitou resultados satisfatórios.

A análise dos resultados e a discussão permitem entender que a prática do Psicólogo Social-Comunitário deve ser pautada não só pelas teorias estudadas, mas, antes de tudo, pelo compromisso social que é estabelecido com a comunidade, visando a promoção de ações conjuntas que gerem mudanças sociais, e não somente resultados científicos ou individuais.

Quanto aos objetivos e diante das práticas aqui mencionadas, pode-se perceber as inúmeras possibilidades de atuação do Psicólogo Social em comunidade, de modo que promova ações significativas que possam fazer diferença na realidade das crianças e adolescentes em situação de exclusão social.

Por fim, o que se pode pensar é que este profissional não deve viver preso em suas próprias convicções, estratégias e ferramentas, mas sim manter contínuo o processo de construção de conhecimento de si mesmo e do outro. A atuação do Psicólogo Social-Comunitário deve ser construída nas e pelas relações sociais, permitindo construir novos espaços de intervenção, novas ligações existenciais, já que são nestes espaços que os sujeitos se materializam como seres históricos, sintetizando em seu movimento particular as produções materiais e culturais da humanidade (Reboredo, 1995).

REFERÊNCIAS

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Inserção na Comunidade e Análise de Necessidades: Reflexões Sobre a Prática do Psicólogo**. In: Psicologia, Reflexão e Crítica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano/vol.11, n.1. Porto Alegre: 1998.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. In: Coerências Entre Práticas Psicossociais em Comunidade e Projetos de Transformação Social: Aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. In: **Revista Psico**, vol.36, n.1, p.47-54, 2005.

GUIMARÃES, Rosemeire Maria.; ROMANELLI, Geraldo. **A Inserção de Adolescentes no Mercado de Trabalho Através de uma ONG.** In: Revista Psicologia em Estudo – Maringá, v.7, n.2, p. 117-126, jul/dez, 2002.

LANE, Silvia T.M. *O Processo Grupal.* In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs.) **Psicologia Social – O Homem em Movimento.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 78-98.

MACHADO, Graziela Scheffer. **O Serviço Social nas ONGs no Campo da Saúde: Projetos Societários em Disputa.** In: Revista Ser.Soc.Soc. – São Paulo, n.102, p. 269-288, abr/jun. 2010.

NETO, José Francisco de Melo. **Pesquisa-Ação (aspectos práticos de pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular).** Apontamentos de sala de aula. S/D, p. 1-9.

PAIVA, Ilana Lemos de.; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Os Novos Quixotes da Psicologia e a Prática Social no 'Terceiro Setor'. In: **Revista Psicologia Política**, v.8, n.16, 2008, p. 231-250.

PAULINO-PEREIRA, Fernando César. **Ação do Psicólogo na Comunidade: Reflexões sobre Teoria e Prática.** 2011

PAULINO-PEREIRA, Fernando César. **Psicologia Crítica: Integração entre Teoria e Prática na Comunidade.** Goiânia: Editora PUC-GO, 2011, p. 1-16.

REBOREDO, Lucília Augusta. **De Eu e Tu a Nós: O Grupo em Movimento como Espaço de Transformação das Relações Sociais.** São Paulo: UNIMEP, 1995.

REBOREDO, Lucília Augusta. **As Técnicas Grupais como Recurso Educativo.** Apontamentos de sala de aula. S/D.

SCISLESKI, Andréa Cristina Coelho; MARASCHIN, Cleci; TITTONI, Jaqueline. A Psicologia Social e o Trabalho na Comunidade: Limites e Possibilidades. In: **Revista Interamericana de Psicologia**, vol.40, n., p.51-58. 2006,

SAWAIA, Bader Burihan. **Comunidade: Apropriação Científica de Um Conceito Tão Antigo Quanto a Humanidade.** Texto ministrado em sala de aula, sem bibliografia apresentada.

